

## AJUSTE FISCAL

# Governo reduz limite de gastos de ministérios

**Portaria diz que empenhos com custeio serão restritos a R\$ 8,8 bilhões em 2015**

BRASÍLIA

▄ O Ministério do Planejamento publicou ontem, no Diário Oficial da União, uma portaria que fixa limites para os gastos de custeio dos órgãos públicos. Essas despesas incluem diárias e passagens, compras de veículos, máquinas e equipamentos, serviços de telecomunicações e mão-de-obra.

Segundo o texto, só poderão ser empenhados com custeio R\$ 8,890 bilhões em 2015. Ao participar de audiência pública no Congresso na quarta-feira, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que a medida faz parte do plano de ajuste fiscal do governo.

A ideia é orientar o corte de gastos dos ministérios. Na última sexta-feira, a equipe econômica anun-

ciou um contingenciamento de quase R\$ 70 bilhões no Orçamento de 2015. Assim, cada pasta terá que se adequar e ajustar suas despesas. O que o Planejamento quer é que seja dada prioridade a cortes de custeio.

## CORTES

A medida publicada fixa limites de empenho para cada ministério. A Defesa terá o maior deles: R\$ 1,107 bilhão. Em seguida está a Justiça, com R\$ 872,281 milhões e a Fazenda, com R\$ 803,359 milhões. As pastas da Saúde e da Educação ficaram de fora do texto para não afetar o funcionamento de hospitais e escolas públicas.

A meta de redução de gastos também não atinge créditos extraordinários abertos e reabertos no exercício de 2015 nem despesas financiadas com recursos de doações e de convênios, despesas relacionadas ao Programa de Ace-

leração do Crescimento (PAC), classificadas no Orçamento pelo identificador de resultado primário "3", despesas primárias obrigatórias, classificadas no Orçamento com o identificador de resultado primário "1" e despesas relacionadas a grandes eventos.

Pela portaria, o Planejamento ainda suspendeu novas contratações relacionadas a locação de imóveis, aquisição de imóveis, reforma de bens imóveis, aquisição de veículos, locação de veículos e locação de máquinas e equipamentos. A suspensão não será aplicada quando se tratar de situação que envolver necessidade inadiável e prorrogação ou substituição contratual, em relação à locação de imóveis, de veículos e de máquinas e equipamentos. As suspensões valem para as licitações em andamento cujos contratos não tenham sido assinados até 15 de junho.



O ministro Nelson Barbosa disse que a medida faz parte do plano de ajuste fiscal

## ÁREAS QUE TIVERAM CORTES

### Defesa

▼ **Despesas** de custeio limitadas a R\$ 1,107 bilhão

### Transportes

▼ **Limite** de R\$ 315,599 milhões

### Comunicações

▼ **Gastos** limitados a R\$ 213,903 milhões

### Fazenda

▼ **Teto** de R\$ 803,359 milhões

### Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

▼ **Limite** de R\$ 256,07 milhões

### Justiça

▼ **Despesas** limitadas a R\$ 872,281 milhões

### Minas e Energia

▼ **Gasto** máximo de R\$ 181,474 milhões

### Saúde e Educação

▼ **As áreas** ficaram de fora para que o funcionamento de hospitais e escolas públicas não seja afetado

### Novas contratações

▼ **Despesas** relacionadas a locação e aquisição de imóveis, veículos e máquinas e equipamentos e reformas estão suspensas

## OPINIÃO DE A GAZETA

### O lado correto do ajuste fiscal

▄ Os ajustes feitos no Brasil, inclusive o que está em andamento, vão sempre pelo caminho do aumento de impostos. Quando o governo anuncia redução de custeio, mostra à população que o corte na carne não se restringe ao cidadão comum. A tesoura bem que podia ir além, tosando parte dos 38 ministérios.

## ESTADOS E MUNICÍPIOS

# Antecipação de royalties é aprovada

**Receita de exploração de petróleo poderá ser dada como garantia para empréstimos**

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

O Senado aprovou ontem a antecipação do dinheiro de royalties para Estados e municípios produtores de todo o país. Válido para este ano e para 2016, o socorro alivia o caixa dos governos e prefeituras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – maiores produtores de petróleo e gás natural do país –, prejudicados pela forte queda do preço do barril da commodity. O pagamento da compensação é balizado pela cotação do barril no

mercado mundial.

Agora, o projeto de resolução (PRS) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES) será promulgado pelo Senado e já passa a valer, não dependendo de análise da Câmara, tampouco de sanção da Presidência da República.

Outros Estados incluíram as áreas de energia elétrica e mineração nas permissões de operações de crédito. Obedecendo a limites de comprometimento da receita própria, os empréstimos poderão ser contraídos junto a bancos públicos e empresas de economia mista, dando-se como garantia a arrecadação de royalties ainda a receber.

Apoiador do texto, o senador Ricardo Ferraço (PMDB) nega brechas para ganância. “Estados e prefeituras já podem, hoje, fazer antecipação. O PRS permite, excepcionalmente, que tais operações fiquem acima do limite de endividamento fixado por resolução anterior do Senado”.

### QUEDA

Os gestores públicos fizeram seus orçamentos com base da cotação do barril na faixa dos US\$ 100, mas houve forte quebra da expectativa. “O projeto consolida uma alternativa, dá chance de os gestores avançarem, fazendo correta aplicação desses recursos”, pontua Ferraço.

AGÊNCIA PETROBRAS DE NOTÍCIAS



Desvalorização do petróleo impactou os produtores

Segundo Rose, a economia dos produtores ficou vulnerável com a crise orçamentária e a queda abrupta nas finanças desde o final de 2014 em função da desvalorização do petróleo. Em janeiro, o barril foi comercia-

lizado a menos de US\$ 50. “A arrecadação cai e o governo federal não é parceiro em investimentos regionais. Conseguimos abrir a porta para os Estados recuperarem o que foi perdido em programas de Saúde e Educação”.

Contrário ao projeto, o ministério da Fazenda sustenta em nota técnica que a medida só agravará as combalidas contas dos que pleiteiam a verba, pois a tendência é de queda da receita futura de royalties. A equipe econômica faz alertas: o preço do barril não vai se recuperar tão cedo, e os royalties são alvo de disputa com entes não produtores na Justiça – o que o ameaça como garantia futura de dívidas caso seja repartilhado.

Vivendo retração de receitas, o governo capixaba evita comentar o mérito do projeto. “É preciso analisar a matéria”, reafirma a secretaria de Fazenda. Segundo Rose, só o Estado pode arrecadar cerca de R\$ 700 milhões com a antecipação.

A proposta determina que Estados e municípios apliquem 60% da antecipação de receitas em Saúde e Educação. Os 40% restantes podem ter uso discricionário, sem restrições, nos exercícios de 2015 e 2016.